

O PROCESSO DE RESTAURAÇÃO CATÓLICA NO BRASIL NA PRIMEIRA REPÚBLICA.

José Pereira de Sousa Junior¹

RESUMO

Este trabalho desdobra a apresentação dos resultados da minha tese de doutoramento na Universidade Federal de Pernambuco. Uma vez inaugurado o estado republicano sob princípios laicistas, o catolicismo brasileiro, historicamente associado a poder pelo modelo de padroado achou-se ante a necessidade de redefinir seu papel na arena sócio-política do país. Passado o impacto inicial e instituída a nova ordem jurídica o catolicismo brasileiro, sua hierarquia em particular entregou a construção e emprego de estratégias que minimizasse o ônus do seu alijamento político. Aqui apresentamos o processo dessa intervenção.

Palavras-Chaves: Catolicismo brasileiro, Primeira república; restauração católica

ABSTRACT

This work unfolds the presentation of the results of my doctoral thesis at the Federal University of Pernambuco. Once opened the Republican state under secularist principles , Brazilian Catholicism , historically associated with power through patronage model found itself at the need to redefine its role in the socio-political arena of the country. After the initial impact and established a new legal order Brazilian Catholicism , their particular hierarchy gave the construction and employment strategies that minimized the burden of its political dumping. Here is the process of this intervention.

Key Words: Brazilian Catholicism, First Republic ; Catholic restoration

È sabido na historia eclesiástica brasileira que a implantação da República no Brasil trouxe mudanças nas relações existentes entre Igreja e Estado. A maior parte dos bispos não viram com bons olhos esta separação e nem a República, lamentando a perda de privilégios até então atribuídos á religião católica. Para os membros da hierarquia eclesiástica, essa situação privilegiada constituía um verdadeiro direito adquirido pela Igreja em decorrência do papel significativo por ela representada na formação da sociedade brasileira.

Os prelados continuavam defendendo a sacralidade do poder civil e a necessidade de vinculá-lo à legitimação eclesiástica. Na mesma linha agrupavam-se clérigos e leigos de tendência conservadora, a maioria dos quais imbuídos das ideias do ultramontanismo. O sentimento de descontentamento que tomou conta do clero era visível, passando a ter uma postura de resistência à sociedade moderna, atribuindo às forças demoníacas o esforço de superação da tradicional sociedade sacralizada. Dai a crescente necessidade de reforçar nos cristãos e dentro da própria Igreja a defesa dos privilégios eclesiásticos.

¹ Doutor em História pela UFPE; Professor de História – UFRN / CERES.

Quando a República foi proclamada a Igreja era liderada pelo bispo D. Antônio Macedo Costa, da diocese do Pará, em seguida elevado a condição de arcebispo da Bahia. Embora conservador, era muito inteligente e bastante sensível às mudanças políticas, lembrando que D. Macedo Costa tinha ganhado notoriedade em 1873 quando da sua prisão por determinação do Imperador D. Pedro II, na famosa e conhecida *Questão Religiosa*. No entendimento de D. Macedo, a proteção oferecida pela monarquia havia amordaçado a Igreja, sendo necessário que os católicos soubessem aproveitar a liberdade religiosa oferecida pelo estado republicano. Porém, o prelado veio a falecer pouco tempo depois, em 1891.

Entre o final do século XIX e início do XX, outro grande líder religioso que vai despontar será o padre Júlio Maria, que mais viria a se tornar membro da congregação redentorista e um tenaz defensor do poder eclesiástico e crítico moderado do sistema político republicano. Júlio Maria defendia que ao invés da Igreja ficar lamentando a perda da situação dos privilégios e benefícios que lhe foi concedido pela Coroa portuguesa e depois pelo Imperador dom Pedro I e II, a Igreja devia aproveitar a nova situação para desvincular-se do poder político e implantar suas bases nas camadas populares, aderindo plenamente a República mesmo não concordando com certas atitudes do novo sistema, como a laicidade e o casamento civil, pontos de divergência entre Estado e Igreja. O momento era oportuno para a reaproximação entre a Igreja e o povo.

Porém, o apelo de Júlio Maria não foi atendido, pois o grupo de católicos de tendência liberal era menos expressivo do que os católicos monarquistas e conservadores nas primeiras décadas da República. Para termos uma ideia de como estas relações tanto externas como internas entre republicanos e católicos eram tensas, devemos lembrar que durante as três primeiras décadas do período republicano, o discurso eclesiástico colocou ênfase nos chamados malefícios e benefícios da jovem República.

No entendimento da maioria clerical, o casamento civil havia introduzido a licenciosidade moral no seio familiar, enquanto a laicização do ensino público trouxera como consequência a perda da fé por parte da juventude. O clero proclamava que a religião continuava sendo o fundamento da sociedade brasileira, a hierarquia declarava que a República leiga estava fadada a desaparecer e estes malefícios seriam atribuídos ao regime recém implantado.

No entanto, essa análise ideológica estava bem distante da situação real da época, pois foi através do regime de liberdade implantado na república que a Igreja pôde efetivamente restabelecer seus vínculos com a Santa Sé como deseja os clérigos, assim como reorganizar suas estruturas eclesiais, como, por exemplo, abrir seminários, conventos, incentivar a vinda

de congregações estrangeiras para o Brasil, criar dioceses, nomear padres, bispos e arcebispos, reformular pastorais e incentivar novas missões evangelizadoras pelo país.

Neste período a liberdade de culto decretada pelo regime republicano possibilitou ainda, o ingresso de inúmeras congregações religiosas masculinas e femininas no país como veremos nas páginas seguintes. Os institutos de sacerdotes colaboraram com o episcopado na tarefa pastoral, atuando na gestão das paróquias e nas missões populares e auxiliando na formação do clero. Destaca-se ainda, que estas congregações tiveram importante presença no setor educacional, da saúde e da assistência social.

A separação entre Igreja e Estado no Brasil foi um aspecto significativo para que a romanização aqui se firmasse através do projeto de reformulação do próprio clero e das ações desenvolvidas junto à sociedade. Segundo Hoornaert, a reorganização da Igreja a partir do movimento dos bispos reformadores foi tão fundamental que pouca coisa sobrou da Igreja antiga, senão as mentalidades, as ideias, as tradições. Isto é, a estrutura foi reorganizada, mais o espírito antigo permaneceu (HOORNAERT, 1973, p. 129-130)

Neste percurso de transformações políticas e religiosas nas primeiras décadas da jovem República, destacamos o importante papel de Dom Antônio Macedo Costa, a quem teve como responsabilidade a condução da reforma ultramontana na República laica, tendo como objetivo fortalecer a Igreja para que esta pudesse se relacionar com o Estado laico.

Para isso, D. Macedo Costa elaborou algumas estratégias, a primeira delas foi a formação do clero, depois a elaboração de cartas pastorais cujo conteúdo estava diretamente voltado para o fortalecimento dos valores morais, religiosos e familiares, em seguida vem a criação de uma imprensa católica para que pudessem utilizar suas páginas de jornais em defesa da Igreja e dos seus ensinamentos, assim como para criticar a laicismo republicano, o positivismo, e as religiões protestantes, espíritas e a maçonaria.

Defende ainda a importância das visitas pastorais como sendo uns dos principais caminhos para chegar mais perto do povo, era necessário ultrapassar os limites geográficos que separavam as dioceses das cidades e do povo. E por fim, defendia o envio de congregações religiosas femininas e masculinas para todas as regiões do Brasil a fim de estabelecer uma conexão mais próxima com a sociedade que vivia distante dos grandes centros urbanos, era preciso trazer o povo para dentro das igrejas e mostrar que o clero estava ali pra ajudar e apoiar o povo humilde, afinal cabia aos representantes de Cristo mostrar a população de Jesus não os tinha abandonado e que a Igreja e o clero estavam ali pra ajudar no que fosse preciso, estávamos diante de ações políticas, sociais e religiosas realizadas pela Igreja para não deixar que seus fieis lhes escapassem por falta de amparo.

Estas ações estratégicas reforçavam a estrutura católica e buscava purificar as devoções de seus aspectos profanos, fanáticos e supersticiosos, marcando presença em diferentes campos de ação entre os quais um dos mais contemplados foi o da educação, cuja intenção era buscar a reaproximação da Igreja com o Estado através da abertura e reabertura de colégios femininos e masculinos como veremos mais a frente. Neste caso, o Estado laico passar a reconhecer e admitir o ensino confessional e as escolas católicas como espaços importantes para a disseminação da educação cívica assentada no lema republicano “Ordem e Progresso”.

A Carta Pastoral de 1890² antevê a separação entre Igreja e Estado como evento que desembocará numa crise social e religiosa, pois se acreditava que todo progresso social era baseado na religião, em particular na católica. Isso reflete o quanto a mentalidade do clero estava sustentada pela religião e por esta tudo devia permear, só assim a pátria estaria a salvo e protegida tanto de outras religiões, como o Espiritismo e o Protestantismo, como do próprio sistema político republicano que se anunciava e despontava no horizonte.

Na Pastoral Coletiva dos Bispos Brasileiros de 1890, redigida por D. Macedo Costa, os bispos dizem sentir desgosto ante a situação proposta pela República em relação à separação entre Igreja e Estado. Afirmam que a Igreja entrou pelos sertões e florestas levando o Evangelho e ajudou a manter sua unidade política e a prosperar, levantou hospitais, asilos, colégios, dentre outras coisas. (PASTORAL de 1890, apud RODRIGUES, 1981).

O início da Carta Pastoral de 1890, já demonstra preocupação com os destinos da Igreja e dos seus filhos e fiéis, ao afirmar que,

Melindrosa, cheia de perigos, de imensas conseqüências para o futuro, dignos cooperadores e filhos muito amados, é a crise, que neste revolto período de sua historia, vai atravessando nossa pátria. Crise para a vida ou para a morte. Para a vida, se todo o nosso progresso social for baseado na Religião; para a morte se o não for. (COSTA, 1890, p. 03).

Sem dúvida, o final do século XIX se esboça para o episcopado, como período de um despertar cristão a fim de defender, restaurar e fazer reflorescer a religião para que a pátria brasileira seja salva. Recorrendo a Carta Pastoral de 1890 percebemos como a religião é

² Esta Carta foi redigida por D. Macedo Costa e transcrita na íntegra por Anna Maria Moog Rodrigues e publicada em PASTORAL Coletiva do Episcopado Brasileiro de 1900. In: RODRIGUES, Anna Maria Moog (org.). A Igreja na República. Brasília: Ed UnB, 1981.

constantemente proclamada como remédio eficaz para a cura dos males da pátria. Nada pode salvá-la senão o Evangelho. Quaisquer outras obras humanas como reformas sociais, legislativas, administrativas ou qualquer outro empreendimento são vistas como enganosas.

Para o clero, o Evangelho inculcado socialmente será o único meio de sair da crise provocada pela separação entre estas instituições. Desta forma, podemos inferir que a Carta de 1890 é um chamamento para que Igreja e fiéis católicos unam-se em defesa não só da pátria como da própria Igreja. Analisando esta carta, podemos perceber ainda, que na relação entre a religião católica e a sociedade, a Igreja se coloca como permeadora de todos os processos sociais. Tudo deve se organizar com base em princípios cristãos. Esta é a bandeira do episcopado em 1890, ou seja, uma sociedade que deve respeitar, amar e não se separar da religião. E assim, a Carta de 1890 alerta e conclama:

Pois quando procuram por todos os meios destruir a nossa Religião, a nossa fé, que é o fundamento de todas as nossas esperanças no tempo e na eternidade, e de que depende o bem-estar e a felicidade nossa, de nossas famílias, de toda a sociedade, não havemos de ficar indiferentes, insensíveis como se nada fora conosco [...] É hora de surgir do sono, de despertar da inércia, de estimular brios, de agir com valor e de concerto, de combinar um grande e generoso esforço para defender, restaurar e fazer reflorescer a nossa Religião e salvar a nossa pátria. [...] Trabalhemos juntos, o Episcopado unido entre si e ao Sumo Pontífice, vós todos unidos ao Episcopado na grande obra da restauração da nossa religião, remédio efficacíssimo dos males da pátria. (COSTA, 1890, p. 68 / 71).

Para o clero, nenhuma forma de governo, nem leis, nem reformas administrativas, nem mesmo o exército republicano a podem salvar. Só o evangelho, passado para a alma do povo como regra dos costumes, ensinado na família, na escola e presente no cotidiano da sociedade poderá salvar e encaminhar os fiéis e a Igreja para rumos melhores. Para a Igreja, a unidade política brasileira se fez sob o estandarte da cruz, pois em quaisquer lugares se percebia a sua presença, seja nos monumentos religiosos, escolas, hospitais e no seio da própria sociedade.

As consequências dessa separação foram, segundo a reclamação do episcopado brasileiro de 1890, o banimento da Igreja de escolas e colégios bem como a perda de dotação financeira para a sustentação do culto. Segundo a Carta Pastoral de 1890, a mesma nos informa que:

Dirigimos ao Clero e aos fiéis da Igreja brasileira, alçamos bem alto o pendão católico, profligamos com energia, sim, mas também com calma cheia de dignidade, a clamorosa injustiça praticada contra a Igreja Católica, excluída de toda relação oficial com o Estado, banida das escolas, dos colégios, de todos os estabelecimentos do governo e esbulha da dotação que

Ihe era devida pelo erário nacional para sustentação e decoro do culto. (CARTA PASTORAL, 1890, p. 03).

Esta Carta Pastoral termina conclamando aos católicos para a sustentação do culto dando a última palavra sobre a forma de governo: “*A Igreja é indiferente a todas as formas de governo. Ela pensa que todas podem fazer a felicidade temporal dos povos, contanto que estes e os que os governam não desprezem a religião*” (PASTORAL de 1890, p. 54).

Segundo a Carta Pastoral de 1900³, o grupo politicamente dirigente rompeu com a Igreja e, por conseguinte, rompeu com Jesus Cristo. A constituição de 1891 formalizou a apostasia, pois os documentos públicos não mencionam o nome de Deus, fato este que, para a Igreja era um verdadeiro insulto e que a constituição estava rejeitando Deus. Esta mesma carta afirma que a constituição corou todos os passados declarando-se apóstata formal e independente de toda ideia e sentimento religioso, e oficialmente temos feito timbre de desprezar o nome de Deus, que nem uma vez ainda se proferiu nos documentos públicos. (CARTA PASTORAL de 1900, pp. 22 / 23.)

A insatisfação do episcopado no que diz respeito à separação Igreja e Estado ecoa em todo o Brasil, pois reunidos em 1900, os bispos definem como desgraça da nação brasileira e apóstatas, as leis promulgadas pela constituição de 1891. Para o episcopado, as leis que foram promulgadas pela constituição de 1891 eram como se fossem o desejo de toda nação. Porém, para o clero estas leis não representavam este desejo pleno, desse modo, o povo deveria protestar contra estas leis que para o clero representava a desgraça da sociedade e era um atentado ao próprio Jesus Cristo, e o bem da pátria só aconteceria pelo restabelecimento da religião emanada de Cristo. Neste sentido, entendemos que para a Igreja, o indivíduo, pátria e Deus são aspectos de uma só realidade e os interesses da Nação são de que haja união com a Igreja. Assim, estarão sendo promovida a felicidade do indivíduo, a prosperidade da pátria e o amor a Deus.

[...] a união da Nação com a Igreja de Jesus Cristo, da qual se divorciou violentamente, e com esta união sem prepotência, sem predomínio, união de amizade e não de cativeiro, consiga a prosperidade, que anda fugitiva de nós. [...] Queremos reunir em um fascículo os interesses do indivíduo, da pátria, de Deus, ficando o homem feliz, a pátria prospera e respeitada, Deus conhecido, amado e obedecido. Esta tríplice glorificação do homem, da pátria, de Deus, é o alvo aonde atiram os nossos ardentíssimos anelos como

³PASTORAL Coletiva do Episcopado Brasileiro de 1900. In: RODRIGUES, Anna Maria Moog (org.). *A Igreja na República*. Brasília: Ed UnB, 1981. Esta Carta foi escrita por D. Silvério Gomes Pimenta e transcrita na íntegra no referido livro.

brasileiros, como cristãos, como Bispos.(CARTA PASTORAL, 1900, pp. 32 / 33).

Com a separação, a Igreja se viu livre do Estado e suas intromissões, o qual também necessitava afirmar-se como livre e soberano. Vale salientar que o rompimento não significou distanciamento definitivo entre as duas instituições, visto que, encontros periódicos do episcopado em nível nacional e regional ocorreram ao longo do período da primeira República. Tais reuniões intencionavam, em última instância repensar a inserção sociopolítica da Igreja Católica no cenário nacional, pois a mesma ficará abalada com o distanciamento do Estado.

Mesmo parecendo contraditório, devemos levar em consideração que tanto uma instituição como a outra necessitavam de apoios mútuos neste momento de transição política e social pelo qual o Brasil passava. Por isso, durante a República Velha, o papel da hierarquia se ateve em implantar instituições que ancorassem a sua inserção sociopolítica.

Contudo, ambas as Pastorais do Episcopado, de 1890 e de 1900, descarregam sobre o Império, graças ao regalismo, uma culpa pela derrocada do horizonte da cristandade colonial e denunciam, não só um horizonte tenso, obscuro, sem a Igreja, como um espaço de experiência artificialmente construído, um deslumbramento, sem lastro histórico nas tradições para se eliminar a religião, assim pensavam sobre a recém-instituída República.

Na Pastoral Coletiva de 1890, Igreja e Estado são poderes distintos, mas concorrem ambos, para o bem da humanidade: o primeiro visa à vida natural, a segunda à vida eterna. O alvo da Igreja está fora do tempo, por isso deve haver união entre eles, no entanto, ao contrário do regalismo, um não é departamento do outro. Tal união promove a ordem social e a paz pública. Já a Pastoral Coletiva de 1900 é mais agressiva, pois denuncia que o Estado protegia a heresia (maçonaria) e permitia seu funcionamento, fato tido como um insulto à religião católica. O Estado defendia a laicidade, o casamento civil e nivelava a Igreja às demais religiões como o Protestantismo e o Espiritismo, fortemente combatidas pela Igreja nas primeiras décadas do século XX.

Acreditamos que este processo de institucionalização permitiu à hierarquia católica reconquistar espaços perdidos com a separação entre Igreja e Estado, através da implementação de visitas pastorais, construção de colégios católicos, produção e divulgação das cartas pastorais, reorganização interna do clero etc. Estas implementações foram constantes na Paraíba à época do bispado de Dom Adauto de Miranda Henriques e faziam parte do projeto reformador do clero como vamos ver de forma mais aprofundada ao longo deste capítulo.

Na década de 20 do século XX, reacende no clero brasileiro a necessidade de reorganização e recristianização, esse desejo passa a ser reforçado com a ascensão do Papa Pio XI ao pontificado romano (1922 – 1939). Propondo um audacioso programa para tornar a Igreja presença ativa em uma sociedade laicizada. E foi nesse clima construído por Pio XI a frente do pontificado romano, cujas ideias se fizeram sentir no Brasil, tendo Dom Sebastião Leme como o grande representante da Igreja e dos ideais de reforma, no qual passou a traçar o ideal da neocristandade como sendo o modelo ideal de aliança entre Igreja e Estado, porém não mais assentado na submissão, mas na colaboração entre ambas as instituições.

Os representantes da Igreja seguiam uma lógica bastante interessante, pois sabiam que a maioria da população brasileira eram católicos, assim a Igreja poderia e devia gozar de direitos dentro da conjuntura social e política vigente. De forma estratégica, a Igreja passou a utilizar este peso numérico de católicos para fazer frente ao Estado republicano, e os governantes sabiam da importância da Igreja e da influência que esta tinha sobre a população, assim era preferível tê-la como aliada que como inimiga.

Além disso, como representante do poder espiritual, apenas a Igreja e seus representantes poderia fundamentar os princípios de ordem e autoridade, sem os quais a nação fatalmente se desintegraria, caindo em um caos social. De forma inteligente, o clero pregava a colaboração entre Estado e Igreja, respeitando os espaços de cada um, a distinção e a autonomia entre o poder temporal e o espiritual.

A “nova cristandade” apoiava-se preferencialmente nas classes médias, que a partir da década de 1920 começaram a manifestar sua importância social e política, começando a requerer mais participação na vida pública do país. Assim, a Igreja passa a utilizar-se desta força emergente na sociedade brasileira fazendo pressão sobre as lideranças políticas da época para ser reconhecida e tida como importante na governabilidade do país e grande colaboradora do Estado republicano.

De acordo com Scott Mainwaring,(2004) o processo de recristianização da sociedade teve início nos últimos anos do século XIX, mas foi só nos anos 20 do século XX que o modelo de Igreja iria florescer. Na década de 1910 em Minas Gerais, o estado mais católico do Brasil á época, os esforços para tornar a presença da Igreja mais marcante na sociedade obtiveram seu primeiro êxito. Após 1906, quando o governo aboliu a educação religiosa das escolas públicas, os líderes religiosos de Minas Gerais mobilizaram o laicato para que ele exercesse pressão a fim de que a medida fosse revogada, não obtiveram êxito, porém passaram a organizar um forte movimento denominado de Ação Católica.

Dentro desta fase de organização da Ação Católica, passaram a elaborar dezenas de petições com centenas de assinaturas para a defesa de interesses católicos, viraram militantes ferrenhos contra o pensamento racionalista e positivista das gerações elitistas de décadas anteriores. Passaram a estimular o desenvolvimento institucional e regeneraram a imagem, o prestígio e a influência da Igreja. Assim, podemos afirmar, que foi a partir da Igreja mineira que tivemos a antecipação das mudanças que iriam ocorrer em nível nacional, principalmente sob a liderança de Dom Sebastião Leme e os líderes do centro Dom Vital.⁴

A criação do Centro Dom Vital esteve intimamente ligada à vontade de Dom Sebastião Leme, quando este assumiu o cargo de bispo auxiliar da Diocese do Rio de Janeiro, no início da década de 1920. Leme viria a tornar-se o cardeal primaz do país, ou seja, o grau mais alto possível para um eclesiástico no Brasil, com exceção da nunciatura apostólica, tradicionalmente reservada a um italiano. A grande confiança que o Vaticano depositava em seu nome originava-se da conformidade de sua maneira de pensar com aquela ensinada pelo Papa Pio XI.

Este, por sua vez, ficou conhecido como o “Papa da Ação Católica”, pois valorizava a atuação dos leigos na reconquista do prestígio social da Igreja, desde que eles se submetessem à obediência estrita à hierarquia. No caso brasileiro, a inclusão dos leigos na vida eclesial possuía um significado especial, pois representava a coroação de um processo de reconstrução da influência católica no cenário político nacional iniciado com o fim do padroado em 1891.

Segundo o historiador Arduini (2015, p. 49) o estatuto do Centro D. Vital determinava que as atividades do Centro devessem incluir a promoção da cultura católica, com vistas à formação de uma Universidade confessional. Por isso, estabelece a formação das seguintes comissões temáticas para a realização de estudos: a) teologia e liturgia; b) sociologia e línguas; c) apologética e história; d) filosofia e ciência. Todas essas comissões deveriam realizar reuniões periódicas para o estudo de assuntos de interesse para a fé no interior de seu tema respectivo.

Além disso, o Centro convidava palestrantes, especialmente o padre Leonel Franca, seu assistente eclesiástico e uma grande influência na conversão de Amoroso Lima. Alípio Casali (1995, p. 84/85) destaca a existência de duas correntes no interior do laicato nacional: a primeira, *integrista*, desejava a recusa completa de qualquer sinal de modernidade no interior

⁴O Centro Dom Vital foi um importante centro de produção intelectual dos católicos fundado em 1922 período no qual teve sua linha diretiva estabelecida por Jackson de Figueiredo e posteriormente por Alceu Amoroso Lima. Nessa função, uma de suas principais tarefas foi levar adiante o Centro Dom Vital, sediado no Rio de Janeiro e com diversas filiais abertas ao longo da década de 1930. O Centro foi criado para tornar-se um laboratório de ideias do catolicismo brasileiro.

da Igreja e de sua doutrina. Os *modernistas*, por sua vez, desejavam o contrário. Pe. Franca e Amoroso Lima, por sua vez, procuravam um meio-termo entre as correntes, o que ajuda a entender a linha doutrinária seguida pelo Centro ao longo da década de 1930.

Desde a separação entre Igreja e Estado em 1891 até a metade da década de 1910, a Igreja concentrou-se no desenvolvimento institucional e pouco dedicou-se a influenciar as elites governantes. Porém, entre 1916 a 1945, líderes católicos se envolveram profundamente na política brasileira, tentando utilizar uma aliança com o Estado para influenciar a sociedade.

A Igreja desejava que o Estado reinstituisse de uma maneira informal a relação de favorecimento que a separação formal entre Igreja e Estado terminava do ponto de vista legal. O Estado, por sua vez, percebendo que tinha muito a ganhar com a Igreja, seguiu essa oportunidade de negociar alguns privilégios em troca de sanção religiosa. A ideia era de reaproximação e colaboração entre Estado e Igreja, para que juntas pudessem dar direcionamentos a vida social, política e religiosa da população brasileira.

Vale ressaltar que os intelectuais associados ao Centro Dom Vital eram na sua maioria leigos ligados a restauração católica. A Igreja da neocristandade mobilizou centenas de milhares de pessoas e organizou movimentos leigos tendo como base as classes médias urbanas. Neste período espalharam-se pelo país diversos movimentos sociais e religiosos ligados a Igreja Católica, como por exemplo, *A União Popular (Minas, 1909)*, *Liga Brasileira das Senhoras Católicas (1910)*, *Aliança Feminina (1919)*, *Congregação Mariana (1924)*, *Juventude Universitária Católica (1930)* e *a Ação Católica Brasileira (1935)*. (MAINWARING, 2004. p. 47). Todos estes movimentos foram controlados pela hierarquia da Igreja, numa demonstração da presença efetiva do clero junto a sociedade e frente ao Estado.

Assim, podemos afirmar de que nos primeiros anos da República, a Igreja Católica armou-se de um projeto religioso e ideológico, cuja finalidade era reafirmar seu poder e realinhar-se a sociedade, fazendo brotar o espírito cristão em cada cidadão brasileiro através de diversas ações católicas desenvolvidas inicialmente por Dom Macedo Costa e na sequência por Dom Leme e seus colaboradores leigos e membros do clero. Através do processo de romanização, das ações dos Bispos Reformadores e da utilização das Cartas Pastorais, a Igreja vai buscar assegurar seu lugar neste novo contexto político brasileiro com a implantação da República.

Segundo RioldoAzzi (1977, p. 61/68), a década de 20 do século XX reflete uma nova imagem de Igreja, através de uma maior inserção da mesma na sociedade brasileira. Além disso, temos como destaque as lideranças católicas de D. Antônio Macedo Costa e do

Cardeal Dom Leme a partir da publicação da carta pastoral de 1916, preocupados com a organização institucional da Igreja e com os novos rumos da política e da sociedade brasileira, além da presença de outras religiões que estavam levando as migrações de fiéis para suas fileiras, a exemplo do Protestantismo e do Espiritismo. Porém, estes dois membros da Igreja deixaram marcas profundas no processo de ruptura com a visão de cristandade⁵ no Brasil.

Podemos afirmar, que a separação entre Igreja e Estado, propiciou condições favoráveis para a restauração da vida religiosa no Brasil, dando início a um grande afluxo de missionários e missionárias europeus em terras brasileiras. O número de Congregações religiosas que chegaram ao Brasil entre 1890 e 1930 foram em número bastante elevado. Num período de quarenta anos, vêm do exterior 31 Congregações masculinas e uma é fundada no Brasil. Já as Congregações femininas foram 71 e destas 22 são fundadas no Brasil neste período. (MATOS, 2003, p. 37 / 42)

Entre os fatores que explicam esse súbito aumento, deve ser levado em consideração que nesta fase está ocorrendo em vários países europeus uma intensa política anticlerical, marcada pela expulsão de contingentes inteiros de religiosos. No entanto, devemos lembrar outro fator de ordem sociológica, ou seja, a vida religiosa consagrada nesta época oferecia um meio de promoção social, especial para a mulher.

Continuando na linha de raciocínio deste período de transição e ruptura política entre Igreja e Estado, não podemos deixar de mencionar dois marcos fronteiriços que marca esta ruptura. De um lado, o decreto 119-A de 1890 que a constituição de 1891 apenas reafirma; do outro o ano de 1930, marco de um golpe político-militar, quando a constituição de 1891 deixa de vigor, e com isso, em 1934 a Igreja reaproxima-se sob novas bases a sua união com o Estado, enlace fundado na colaboração recíproca e baseada na assistência religiosa aos hospitais e penitenciárias, casamento religioso com efeitos civis e o ensino religioso nas escolas.

Apesar das aproximações pessoais e de caráter amigável entre personagens do Clero e do Estado, pode-se afirmar que durante os trinta primeiros anos do decreto de 1890 que determinava a separação entre Igreja e Estado foi mantido rigidamente. Por parte do líderes políticos, houve um desconhecimento e “vistas grossas” quase completo da ação e da

⁵A Carta Pastoral de D. Leme de 1916 advém de sua nomeação como arcebispo de Olinda e Recife. Ela representa um reforço à restauração católica que se efetivaria na década de 20, quando o referido arcebispo assume a arquidiocese do Rio de Janeiro em 1921.

presença da Igreja. Neste período dominava o pensamento liberal e positivista. (AZZI, 1977, p. 61).

A relação da Igreja com o Estado será reafirmada por ocasião do 4º centenário da pátria brasileira, envidando esforços para que o Brasil seja a República de Jesus. Em carta, é afirmado que a glorificação trina será o maior lance dos brasileiros no 4º centenário da pátria e a mais solene homenagem a Cristo no encontro dos dois séculos. A Igreja deseja que as comemorações pudessem ser o primeiro passo para restabelecer seus laços com o Estado republicano, e afirma que “o Brasil seja a República de Jesus, que Jesus sejam todos os brasileiros para honra e glória de Jesus e para a felicidade do Brasil”. (CARTA PASTORAL, 1900. pp. 33-34).

A referência à Constituição imperial não deixa de ser um significativo respaldo para afirmar como salutar, oportuna e coerente com a história do Brasil, a integração oficial entre Igreja e Estado. Através de evocações históricas, a nostalgia pela integração é constante, pois a Igreja procura demonstrar como algo benéfico sua relação com o Estado e para suas pretensões cristianizadoras. Vale salientar, que enquanto a constituição imperial reconheceu a religião católica como base do edifício político, a República por sua vez não fez tal reconhecimento. A República outorgou-lhe liberdade, mas retirou da Igreja sua proteção, isto significou aos olhos do episcopado, que o Brasil não era mais uma potência católica.

Hoje, tratando-se de fundar nova forma de governo sobre as ruínas da monarquia, tratando-se de realizar uma obra colossal de reorganização social e política mais difícil que a primeira, afastam-te, ó Mãe bendita, para bem longe, e não querem mais ter contigo o menor contato [...] Não tratemos mais da ferida que foi feita á Igreja em nosso país. Tinha ela duplo direito, á proteção e á liberdade. Tiraram-lhe a primeira. Não cooperamos para isso. Infelizmente, porém, é um fato: o Brasil não é mais uma potência católica!. (CARTA PASTORAL, 1890. pp. 42-43).

Destacaram-se à frente do movimento renovador e restaurador da Igreja, respondendo às novas atitudes de Leão XIII que ressoavam no Brasil, duas personalidades do clero: padre Júlio Maria (1850-1917) e D. Sebastião Leme da Silveira Cintra (1882-1942), nascido em Espírito Santo do Pinhal, na época uma próspera cidade do ciclo do café. Assim, “vão despertar o catolicismo brasileiro da sonolência em que vivia, nas Igrejas e nas cerimônias litúrgicas, muito por tradição e um pouco porque para aí foi acuado pelo liberalismo, e vão lançá-lo à conquista de espaços sociais para atuar”. (LARA, 1988, p. 161).

Podemos considerar que o padre Júlio Maria tenha sido um moderno, no sentido em que percebeu a necessidade de a Igreja se colocar ao lado do povo e abandonar a aliança com

as classes privilegiadas. Denunciou, escreveu e polemizou sobre a ignorância e a inoperância do catolicismo brasileiro. Em termos políticos, defendeu a República e as perspectivas de liberdade que poderiam ser criadas para o catolicismo. Na visão do Pe. Júlio Maria, a Igreja não poderia furtar-se às grandes lutas sociais, com o perigo de trair a causa do Evangelho. Deveria associar-se aos interesses do povo, e com isso se renovaria, encontrando igualmente seu legítimo lugar no novo ordenamento sociopolítico brasileiro.

Como argumento para a defesa da possibilidade de diálogo entre o clero e os republicanos, Júlio Maria lembra a distinção feita por Leão XIII entre formas de governo e legislação. Não havia por parte do catolicismo uma oposição às formas de governo, mas uma negação das normas constitucionais que pudessem atentar contra os princípios católicos. Sua abertura para o diálogo com o novo regime e com as questões liberais e a negação das regalias monárquicas do clero chamaram a atenção de intelectuais brasileiros para a doutrina católica e para o catolicismo como espaço de inteligência e de crítica da inteligência. Sua atividade pode ser considerada como precursora da *Ação católica*.

Júlio Maria deixou considerável obra apologética ressaltando a primazia das questões sociais na nova realidade mundial e brasileira. Fundamentando-se largamente na encíclica *Rerum Novarum*, saudou a República, compreendendo seu alcance e consequências. Sua reconhecida oratória era permeada pela denúncia da inoperância do clero e do laicato. Ele avaliava haver apenas duas forças no mundo: a Igreja e o povo. E elas deveriam aliar-se. Os leigos e, principalmente, os padres deveriam agir no sentido dessa necessária aliança, por meio da qual se refundaria a nação brasileira.

Este padre falava com grande abertura de espírito, aceitando o ambiente moderno. Foi um vigoroso crítico de um catolicismo que ainda não havia se recuperado de sua crise após o fim do período colonial e que se acostumara com as pompas monárquicas. Desejava uma religião que saísse para a largueza da construção e crítica intelectual diante da modernidade. Com sua pregação, o catolicismo iniciou seu movimento de saída da sacristia, de sua zona de conforto e ganhou as ruas, cidades e estados brasileiros com o objetivo de reorganizar-se e recuperar seu prestígio junto ao povo e ao sistema republicano.

Segundo o jornal *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro de 13 de março de 1898, citado por Villaça, “Hoje, sob o ponto de vista social, só há duas forças no mundo – a Igreja e o povo. Uni-las é o ideal do Papa; concorrer para essa união é, em cada país, o dever dos católicos, principalmente do clero. Nós, porém, não podemos consegui-la nem desviando-nos da rota que a Igreja segue, nem separando-nos do povo”. (VILAÇA, 2006, p. 117)

Para Antônio Carlos Villaça, o padre Júlio Maria foi o grande símbolo da renascença religiosa do catolicismo brasileiro, cujo grande tema e defesa em seus discursos foram sempre o catolicismo diante da realidade social e sua presença junto ao povo. Detestava o comodismo do clero e a frivolidade leiga. Exortação militante: propunha o combate.

Que falta aos católicos brasileiros? ‘Pergunta ele.’ A resolução para o combate. ‘E acrescenta:’ Este é o dever que grande parte do clero não compreendeu ainda no Brasil, onde, no regime da liberdade, em vez da pugna valorosa, que poderia ser travada para dar à Igreja o lugar que lhe cabe em nosso movimento social, não vemos infelizmente senão uma devoção mórbida, sem virilidade cristã, uma piedade assustadiça, que se espanta de todos os movimentos do século e foge covardemente desanimada de tantos combates, em que os interesses do catolicismo, para triunfar dependem apenas que desfraldemos com ardor religioso e intrepidez cívica o estandarte de nossa fé. (VILLAÇA, 2006, p. 122).

Já Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra⁶ tomou posse da diocese de Olinda em 1916 e no mesmo ano escreveu e divulgou sua primeira Carta Pastoral, cujo conteúdo era dividido em três partes. A *primeira* parte versava sobre o grande mal e suas causas, trazendo um esboço geral sobre a situação religiosa do Brasil, expunha as causas e preocupações da vida material e da ignorância religiosa; a *segunda*, trata da extensão da ignorância religiosa no meio intelectual, no qual o arcebispo taxava de intelectuais indiferentes e incrédulos, assim como criticava com dureza a idolatria da ciência, o positivismo brasileiro e exalta os intelectuais católicos. Já na *terceira*, ressalta a importância e necessidade da instrução religiosa como meio de combater a ignorância, assim, como a necessidade da pregação, da leitura e da educação no lar e na escola como caminhos de proteger a família e a sociedade contra os males que assolam o Brasil, ou seja, o pensamento científico, o positivismo, a maçonaria, o espiritismo e a falta de conhecimento religioso.

Na Carta Pastoral de 1916, Dom Leme chamava a atenção para a fragilidade da Igreja, suas deficiências quanto às práticas religiosas populares, a falta de padres, as poucas paróquias existentes no Brasil e o estado precário da educação religiosa. Reclamava também, da ausência de intelectuais católicos, a limitada influência política da Igreja e sua decadente situação financeira.

⁶ Sebastião Leme da Silveira Cintra nasceu em 1882, em Espírito Santo do Pinhal (SP), de família modesta e com sólida formação cristã. Entrou no seminário de São Paulo em 1894 e prosseguiu seus estudos filosóficos e teológicos em Roma. Foi ordenado sacerdote em 1904. A partir de 1905, dedicou-se a atividades pastorais na capital paulista. Em 1911, foi nomeado bispo-auxiliar no Rio de Janeiro e transferido para a Sé de Olinda em 1916 na condição de arcebispo. Volta ao Rio de Janeiro em 1921, então na qualidade de arcebispo-coadjutor do Cardeal Arcoverde, a quem efetivamente sucedeu em 1930. Morre em 1942.

Dom Leme argumentava que o Brasil era uma nação católica e que a Igreja deveria tirar proveito desse fato e marcar uma presença muito mais forte na sociedade. A Igreja, dizia ele, precisava cristianizar as principais instituições sociais, desenvolver um quadro de intelectuais católicos e alinhar as práticas religiosas populares aos procedimentos ortodoxos. (D. LEME, 1916, pp. 1 / 8).

Dom Leme, tornou-se nas primeiras décadas do século XX grande líder do Episcopado Nacional, papel que foi exercido anteriormente por Dom Macedo Costa. Coube a Dom Leme, articular as forças católicas nas décadas de 1920 e 1930. Sua preocupação residia principalmente na falta de influência da Igreja dentro do sistema político republicano e na inércia social de seus fiéis, uma apatia que contribuía para a expansão de outras religiões como o Protestantismo e o Espiritismo. Dizia o arcebispo com bastante ênfase “somos uma maioria inoperante, o que vale dizer, uma minoria de fato! Enquanto isso, nossos inimigos não cruzam os braços, mas agem com decisão e união de forças!”. (MATOS, 2003, p. 23).

Nos seus discursos, Dom Leme afirmava que o Brasil era um país tradicionalmente católico, realidade bem visível tanto nas denominações topográficas como na profunda religiosidade de seu povo simples, humilde. Apesar disso, havia uma incompreensível contradição, isto é, a influência pública do catolicismo era quase nula, pois não havia neste momento presença significativa dos católicos no campo da ação social, na política ou no mundo intelectual. Era preciso recuperar o prestígio da Igreja e restaurar seu poder e influência na vida social, política e religiosa do brasileiro.

Para Dom Leme, a razão desta inércia, residia na falta de educação religiosa, pois o povo não estava instruído na fé, ignorava a doutrina católica e desconhecia as normas morais. Então, qual a solução para esta inércia? Para Dom Leme, os católicos deveriam organizar-se e fazer pressão sobre o governo para que a Igreja voltasse a ter influência na vida pública. Deste modo, a Igreja poderia orientar, educar e combater a ignorância religiosa dos brasileiros. Assim, a Igreja poderia ter acesso às instâncias do poder político na República e poderia finalmente recristianizá-las.

Na verdade, o arcebispo de Olinda tinha a intenção de exercer pressão sobre o governo e recolocar a Igreja em posição social privilegiada. No fundo, defendia uma nova cristandade para restabelecer a aliança entre os dois poderes, que deveriam respeitar-se mutuamente na convicção de que ambos seriam beneficiados com esta reaproximação, isto é, Igreja e Estado unidos novamente em prol do Brasil e dos brasileiros.

Em 1921, Dom Sebastião Leme foi transferido para o Rio de Janeiro onde se tornou líder incontestado do catolicismo e do projeto restaurador pregado pelo Papa Pio XI, declarando

guerra à religião de encastelamento, arregimentando segmentos sociais e intelectuais para as causas cristãs. O primeiro grande sinal de mobilização dos católicos brasileiros foi sua Carta Pastoral, na qual foi traçado um plano de ação consubstanciado no pensamento do padre Júlio Maria.

No ano de 1921 é fundada a revista *A Ordem*, cujos objetivos estava centrado em combater o liberalismo, a modernidade, o positivismo e o racionalismo. Segundo as diretrizes desta revista e composta por vários intelectuais de formação religiosa, a igreja tinha por dever combater o que chamavam de “males do século” e que esta, era uma forma de incidir na construção de um projeto social baseado na restauração da unidade fundamentada no princípio religioso e na tradição.

Esse grupo, liderado por Jackson de Figueiredo, fundador da revista *A Ordem* deteve-se no aspecto político da primeira República, contestando não só a cultura vigente, mas também a ordem estabelecida, ou seja, dos militares. Segundo Miranda, a investida contra os militares revolucionários de então eram constantes e violentas. Os temas principais de seus escritos políticos são o catolicismo, a contrarrevolução, a ordem, a autoridade, o nacionalismo e o moralismo. Com o caráter agressivo, a revista *A Ordem*, inicia um grande combate contra o positivismo, a maçonaria, o protestantismo e o judaísmo. (MIRANDA, 1988, p. 54 / 55)

A revista *A Ordem* assumiu um perfil conservador sob a liderança de Jackson. De caráter religioso-político, combatia toda a forma de transformação revolucionária. Assumia, ao mesmo tempo, uma função de formação religiosa e de embate político. Não era um jornal oficial da Igreja, mas um jornal católico, fundado por um católico de estreita colaboração e grande fidelidade ao seu arcebispo. O pensamento produzido pelos católicos nesse momento é elitista e moralista. Propunha que a sociedade deveria organizar-se a partir de princípios universalmente válidos, pensados por um sempre pequeno e seletivo grupo de intelectuais.

O título da revista, *A Ordem*, enquanto programa de ação, era uma justificativa que denunciava, na visão desses pensadores, a desordem em que vivia a sociedade e o regime político republicano, assim acoimando “nesta República de patifes audaciosos e sensatíssimos covardões, em que o católico socialmente é tão idiota a ponto de ignorar os rudimentos de sua doutrina”. (PAIM, 1985, p. 84). Essa posição revela as primeiras manifestações mais radicalizadas dos católicos no domínio da política brasileira e que se acentuaram nos anos posteriores.

Segundo Lara, a ordem proposta por esse grupo era a neocristandade, isto é, todo espírito revolucionário é espírito anticristão, a argumentação católica, desse período, é de rejeição do poder republicano. Faltava-lhes, porém entender a realidade, já que havia por

parte desses intelectuais e de seus planos de ações um grave desconhecimento dos fatores econômicos políticos e sociais em desenvolvimento desde a década de 1920. Para este autor, esses pensadores careciam de originalidade e da independência frente ao clero, e estavam “completamente despreparados para uma convivência política pluralista, uma vez que, no seu projeto de neocristandade, é a visão católica que se impõe como norma absoluta”. (LARA, 1988, p. 164).

Contudo, na visão dos chamados Bispos reformadores, incluindo aqui o da Paraíba Dom Adauto de Miranda Henrique, a reconciliação da Igreja com o Estado republicano reconduziria o país ao seu destino de progresso e o salvaria dos perigos da subversão política e ideológica. Nesse clima, Dom Leme empenha-se para fazer da Igreja uma grande força mobilizadora capaz de regenerar a sociedade, para esse fim, mobiliza todos os segmentos católicos, desde os intelectuais até as massas populares.

No ano de 1922, duas outras medidas foram concretizadas pelo movimento católico. A primeira foi a criação do *Centro D. Vital*, que se estruturou em propósitos apostólicos com o intuito de exercer uma influência espiritual nas camadas intelectuais da sociedade brasileira, promover a catalisação dessa intelectualidade, facilitando o acesso às doutrinas da Igreja e aos seus ideais, colocando-os na prática social. A segunda iniciativa foi a criação da *Confederação Católica*, uma escola de formação de líderes, que através de formação de ligas, uniões e ações serão disseminadas por todo o Brasil, nos idos das primeiras décadas do século XX.

Em julho de 1923, foi organizada a *Ação Católica*, trabalho de D. Sebastião Leme para fornecer as instruções para a organização e funcionamento das Comissões Permanentes da Confederação Católica do Rio de Janeiro. Nas palavras de Miranda, a Ação Católica teve como característica principal a convocação feita através de Pio XI ao laicato para que este participasse do apostolado hierárquico. E defendia a participação dos leigos no apostolado hierárquico. (MIRANDA, 1988, p. 76).

Para Miranda, a expressão Ação Católica, no sentido de articulação de atividades dos leigos católicos, já era encontrada no primeiro Congresso Católico Brasileiro celebrado em Salvador em 1900. Na conferencia sobre “a necessidade da imprensa religiosa”, o Conego Zacarias Lopes assim afirmava:

Deveras consolador e belo tem sido o curso dos trabalhos nesta grandiosa assembleia. As obras da Ação católica, propostas e aprovadas são de uma oportunidade reconhecida para o meio em que vivemos. A obra da Boa Imprensa sem a qual não se poderia conseguir um movimento de Ação

Católica no Brasil, serio e perdurável, a fim de combater a civilização anti-cristã. (MIRANDA, 1988, p. 77).

As instruções retomavam a Pastoral de 1916, denunciando a apatia dos católicos brasileiros, a necessidade de ultrapassar a vida cristã intramuros. Outro evento importante nessa década foi o *Congresso eucarístico de 1922*.⁷ Este congresso foi organizado por Dom Leme no Rio de Janeiro e fazia parte da programação alusiva ao 1º Centenário da Independência e contou com a presença de várias autoridades episcopais, tendo grande repercussão e importância, assumindo um caráter nacional.

D. Leme estava decidido a transformar sua diocese, a principal do país naquele momento, em liderança para realização de seus projetos. Portanto, não é mera coincidência que 1922, o ano de fundação do Centro D. Vital, seja também o da realização de um Congresso Eucarístico, composto por numerosas passeatas, adorações e missas campais. Conforme demonstra o estudo de Dias (1996, p. 107 / 115), elas tinham como objetivo demonstrar a força da Igreja na modelação das consciências e na reprodução da ordem social. O estudo demonstra ainda, como o poder simbólico destas ocasiões não pode ser negligenciado e complementa a formação doutrinária realizada pelos intelectuais católicos.

Tal evento propôs muitas teses para perturbar a apatia dos fiéis e efetivar ações práticas de mudanças, assim como foi lançada a Carta Pastoral do episcopado brasileiro, comemorando o centenário da independência e apontando eventos que demonstravam a participação da Igreja na formação da civilização brasileira nos diversos momentos de sua história. Com isso, a Igreja reafirmava a sua posição a respeito de muitas questões do presente.

Como vemos, a partir da década de 1920 a Igreja Católica organizou-se efetivamente para uma atuação mais decisiva, apresentando reivindicações mais amplas no cenário sociocultural brasileiro e republicano, tanto nas esferas de sua legitimidade jurídico-constitucional, valendo-se de seus direitos e tradição, quanto nas esferas da educação, amálgama de difusão do ideário cristão católico. Neste cenário destaca-se o padre Júlio Maria que dá início a este movimento, que foi intensificado pela ação de D. Sebastião Leme e com o movimento leigo que se formou, tendo como destaque Jackson de Figueiredo fundador da

⁷ Além do Congresso Eucarístico de 1922, a Igreja realizou outros. Em 1933 Salvador; 1936 em Belo Horizonte; 1939 em Recife; 1942 em São Paulo. Estes congressos tinham por finalidade mostrar a capacidade de mobilização da Igreja junto ao povo e enfatizar a união indissolúvel entre catolicismo e patriotismo. Para saber mais ver: MATOS, Henrique Cristiano José. *“Bonus Miles Christi”*. In. Um estudo histórico sobre o catolicismo militante, entre 1922 e 1936. Belo Horizonte, O Lutador, 1990. pp. 276 – 318.

revista *A Ordem*, tornando em ambiente propício para um amplo movimento religioso, político, social e cultural no catolicismo brasileiro.

O processo de restauração católica encontrou em Pio XI uma poderosa força propulsora para o restabelecimento do poder da Igreja abalada com a Proclamação da República em 1889. O pontífice defendia o restabelecimento da religião nos diversos Estados brasileiros e que para isso era necessário uma ação enérgica e coordenada do clero juntamente dos os Bispos.

Pio XI também foi defensor da reaproximação com o Estado a fim de garantir mais espaço dentro da sociedade e para isso contava com as ações sociais realizadas pelos Bispos brasileiros nas diversas Províncias, através da criação de dioceses, colégios e visitas pastorais. A ideia era reaproximar-se do poder político através do povo. Para a Igreja sua missão evangelizadora e espiritual tornar-se-ia mais eficaz com o apoio e os meios materiais oferecidos pelo Estado. Esta intenção fica bem clara em sua carta programática ao pontificado de 1922, na qual fez duras críticas ao distanciamento do Estado para com Deus e Jesus Cristo, mas, também defende a necessidade de reaproximação.

Por estarem separados miseravelmente de Deus e de Jesus Cristo é que os homens caíram, da felicidade de outros tempos nos abismos dos males atuais. Deus e Jesus Cristo banidos da legislação e dos negócios públicos, não tendo mais a autoridade sua origem a Deus, mas nos homens (...) Inelutavelmente havia de seguir-se um desabamento da sociedade inteira, desde então privada de sustentáculo e apoio sólido, tornada presa dos partidos que se disputavam o poder para assegurar os próprios interesses, sem atender aos da pátria. (PIO XI, 1922, p. 13).

Desde o início do seu pontificado em 1922, que Pio XI definira com redobrado vigor o projeto de restauração da ordem social cristã. Para tal, fez da ideia de ação católica uma nova proposta de apostolado que progressivamente se institucionaliza nos países de tradição católica: em 1923, na Itália; em 1925, na Polônia; em 1926, na Espanha; em 1927, na Jugoslávia e Checoslováquia; e em 1928, na Áustria. No entanto, a ideia da necessidade de uma ação católica como instrumento de regeneração da sociedade não surgia isolada. Inscreve-se, pelo contrário, no contexto do chamado catolicismo integral, em renovada afirmação com o catolicismo social.

Contudo, o contexto da década de 20 do século XX, marcados pelo final da I Grande Guerra e pela desorientação dos setores dirigentes e intelectuais, são elementos que definem um contexto mais propício à formulação de novas propostas sociais e políticas, o que também aconteceu no Brasil. Neste momento, o projeto de restauração cristã da sociedade encontra

expressão simbólica do Cristo-Rei, instituída em 1925 para significar a ideia da realeza social de Cristo. O projeto de instaurar e dilatar o reinado de Cristo objetivava uma ação realizada por todos os fiéis católicos, sob a orientação da hierarquia eclesial, assim, contribuía para valorizar o terreno social como ponto de partida para a reconstrução da cristandade.

A proclamação de Cristo-Rei e a afirmação da sua soberania é segundo Pio XI, condição para a salvaguarda e o estabelecimento da paz a nível mundial. *Pax Christi in Regno Christi* foi o lema do seu pontificado. Criticando-se o excesso de laicismo, o que está em causa é ainda a questão de definição da ordem social autonomamente à ordem divina e, conseqüentemente, a fundamentação do poder. Na perspectiva do catolicismo integral, critica-se a noção de separação do Estado e da Igreja, limita-se a autonomia das realidades temporais e afirma-se a necessidade de uma melhor compreensão dos direitos da Igreja na sociedade política brasileira.

Comemorando o 40º aniversário da *Rerum Novarum*, Pio XI apontava os fundamentos e valores morais com que se deveria construir a nova ordem social, estruturada numa concepção orgânica e corporativa da sociedade. Entendemos neste contexto, que a restauração social, tão desejada, não se poderia obter sem prévia renovação do espírito cristão, e mais ainda da doutrina e prática dos princípios católicos por parte daqueles a quem a Ação Católica orienta baseada nos princípios sociais e religiosos, assim como para o apostolado sob a orientação e magistério da Igreja Católica.

Pio XI foi sem dúvida um dos grandes incentivadores para o reordenamento da Igreja Católica. Na visão do pontífice, só haveria paz e prosperidade para o mundo mediante uma efetiva recristianização da sociedade, tarefa considerada primordial para o catolicismo naquele momento. A tão desejada nova ordem social dependia, assim, de uma volta decisiva a Cristo, que para Pio XI tinha sido excluído do processo político. Pio XI resolve então promover uma ampla militância nos países de maioria católica – e aqui o Brasil aparece como o principal espaço a ser recristianizado - para combater o laicismo social e político e defender os alienáveis direitos de Cristo. Para Pio XI, “todos os fiéis devem compenetrar-se de que é obrigação combater com valentia e sem tréguas sob os estandartes de Cristo-Rei, afirmava em sua *Encíclica Quas Primas* de dezembro de 1925.” (MATOS, 1996, pp. 153 / 154).

Contudo, o projeto restaurador desenvolvido pela Igreja Católica em todo Brasil, cujas primeiras ações foram iniciadas em fins do século XIX e firmando-se ao longo das primeiras décadas do século XX, caracterizou-se inicialmente pelo processo de romanização do clero nacional e regional através de suas dioceses. Durante as décadas que separaram a proclamação da República e a Assembleia Nacional Constituinte, já no período varguista

(1930 / 1945), a Igreja Católica promovera diversos diálogos com os governos republicanos a favor da implantação de uma ordem social na qual, ela pudesse desenvolver um papel de destaque na formação dos cidadãos brasileiros.

Em razão disso, em algumas situações, a Igreja Católica promoveu aproximações políticas convenientes aos seus propósitos institucionais, mesmo sob intenso debate com alguns representantes políticos que defendiam algumas teses e concepções de cunho liberal e/ou positivista; em outras oportunidades, ela sustentou uma posição interventora nos assuntos do Estado com críticas que se direcionavam as questões econômicas, políticas e socioculturais da época, restringindo o conteúdo de seus embates aos temas cruciais para a expansão de sua doutrina e de seu projeto restaurador.

De acordo com Mainwaring (2004, p. 48), na visão da Igreja, o Estado deveria seguir sua doutrina social e proteger seus interesses, o sistema educacional, e os meios de comunicação, deveriam refletir os princípios e a doutrina católicos. Qualquer instituição que promovesse a secularização ou deixasse de seguir as determinações da Igreja era por ela atacada. O rádio, a imprensa, o cinema – todos considerados como vozes do mundo moderno – recebiam condenações ocasionais.

De forma estratégica, a Igreja Católica adotou uma postura de reaproximação com a população, principalmente como setores da classe média, além de sua linha de ação evangelizadora e de sua ritualística como demonstração de força para congregar os católicos para ter condições de negociar com o Estado algumas questões cruciais aos seus interesses. Ela contava com a possibilidade de que os Congressos Eucarísticos Nacionais de 1922 e 1933 recuperassem o espaço público das cidades e delineassem novas abordagens de cunho religioso e político contra as forças que acuavam os católicos no âmbito privado.

Defendemos a ideia de que a organização dos congressos católicos no Brasil tenha representado o esforço efetivo de buscar a unidade de ação necessária tanto ao aperfeiçoamento da ação evangelística, quanto, também, do reforço da ortodoxia doutrinária e da hierarquia no interior da estrutura eclesiástica. Neste sentido, os congressos católicos assumirão um importante papel na definição de uma rede de sociabilidade que, ultrapassando os limites da igreja, aos interesses da instituição religiosa, os membros leigos das elites políticas e intelectuais brasileiras e as associações leigas, integrando-as dessa forma, à política romanizadora e restauradora em curso. Espaços de produção e veiculação de uma crítica social católica, tendo em vista a busca de soluções religiosas para os problemas enfrentados pela nação.

Outros eventos de grande porte, como a inauguração do Cristo Redentor e a consagração de Nossa Senhora da Aparecida em 1931, contribuíram para a consolidação da autoridade da Igreja Católica como promotora da ordem, da submissão e da disciplina no interior das consciências e para o revigoramento do discurso conservador católico, no momento em que se apropriara de recursos de imagem, característicos da cultura moderna, embutindo-os em sua ação de mobilização dos indivíduos e de ordenação da sociedade.

Segundo José Murilo de Carvalho (1990, p.93/94), usar um símbolo católico no sentido de representar a República, soaria como profanação, tal como ocorreu na experiência francesa do Segundo Império. Na experiência republicana brasileira, como Maria foi utilizada como uma arma antirrepublicana na Primeira República, a Igreja Católica para incentivar o culto mariano, fez uso da imagem de Nossa Senhora da Aparecida: “a partir do início do século, começaram as romarias oficiais. Em 08 de setembro de 1904, Nossa Senhora da Aparecida foi coroada rainha do Brasil [...] não havia como ocultar a competição entre a igreja e o novo regime pela representação da nação.

Em 1930, Pio IX declarou Nossa Senhora da Aparecida padroeira do Brasil. no ano seguinte, D. Sebastião Leme, perante uma multidão congregada no Rio de Janeiro, a consagrou rainha e padroeira do país. Como vemos, este conjunto de ações praticadas pelo clero brasileiro atendia aos desejos e anseios iniciados ainda no final do século XIX e dado continuidade nas décadas seguintes do século XX por vários bispos e arcebispos brasileiros, apoiados pela Santa Sé Romana desejosa de que seu projeto de restauração fosse aos poucos se consolidando, e o Brasil por ser um país de tradição eminentemente católica, era terreno fértil para esta restauração da Igreja Católica.

Referencias bibliográficas.

AZZI, Riolando. *O Estado leigo e o projeto ultramontano*. São Paulo: Editoras Paulinas, 1994. (História do pensamento católico no Brasil – IV).

_____. *A neocristandade: um projeto restaurador*. São Paulo: Paulus, 1994.

_____. *A crise da cristandade e o projeto liberal*. São Paulo: Edições Paulinas, 1991. (História do pensamento católico no Brasil – II).

_____. *O altar unido ao trono: um projeto conservador*. São Paulo: Edições Paulinas, 1992. (História do pensamento católico no Brasil – III).

_____. *A vida religiosa no Brasil: enfoques históricos*. São Paulo, Editora Paulinas, 1983.

_____. *Presença da Igreja na sociedade brasileira e formação das dioceses no período republicano*. In: SOUZA, Rogério Luiz de; OTTO, Clárcia (Org.) *Faces do catolicismo*. Florianópolis: Insular, 2008.

ARDUINI, Guilherme Ramalho. *Em busca da idade nova: Alceu Amoroso Lima e os projetos católicos de organização social. (1928-1945)*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, EDUSP, 2015.

BEOZZO, José Oscar. *Historia Geral da Igreja na América Latina: Historia da Igreja no Brasil*. II Época Século XIX Vol. 2. 2ª edição. Rio de Janeiro, Vozes. 1992.

_____. (Coord.). *História da igreja no Brasil: Segunda Época – século XIX*. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

BELLO, José Maria. *História da República: (1889-1954)*. 5. ed. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1964.

BRUNEAU, Thomás. *Catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo. Loyola, 1974. (Col. Temas brasileiros, n. 3).

CADERNOS DE HISTÓRIA DA IGREJA NO BRASIL I. *Dom Antônio de Macedo Costa – Bispo do Pará – Arcebispo Primaz (1830-1891)*. São Paulo: Loyola, 1982.

CASALI, Alípio. *Elite intelectual e restauração da Igreja*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Ed, Vozes, 1995.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

_____. *Os bestializados – o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

CARONE, Edgard. *A República Velha*, vol. II, Difel, 3ª edição, 1977.

COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia a República: Momentos Decisivos*. 8ª Edição - São Paulo, Editora UNESP, 2007.

HOORNAERT, E. et al. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo*. Primeira época. 4. ed. São Paulo: Paulinas; Petrópolis: Vozes, 1992.

_____. *História da igreja no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.

LEME, Dom Sebastião. *Carta Pastoral de 1916*. Rio de Janeiro, Typografia Vozes de Petrópolis. 1916.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *Os Bispos do Brasil e a Imprensa*. São Paulo. Loyola, 1983. (Cadernos de História da Igreja no Brasil, 2).

NAGLE, J. *Educação e sociedade na Primeira República*. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

- MARTINS, Ana Luiza. *O despertar da República*, São Paulo: Contexto, 2001.
- MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil – 1916/1985*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MANOEL, Ivan Aparecido. *O pêndulo da história: tempo e eternidade no pensamento católico (1800-1960)*. Maringá: Eduem, 2004.
- MARIA, Júlio. *A Igreja e o povo*. São Paulo: Loyola, 1983.
- _____. *A Igreja e a República*. Brasília: Ed. da UnB, 1981.
- MATOS, Henrique Cristiano José. *Nossa História: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil: Período Colonial*. São Paulo: Paulinas, 2001. (Igreja na história, 1).
- _____. *Nossa história: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil: Período Imperial e Transição Republicana*. São Paulo: Paulinas, 2002 (Igreja na história, 2).
- _____. *Nossa história. 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil: Período Republicano e Atualidade*. São Paulo: Paulinas, 2003. (Igreja na história, 3).
- MICELI, Sérgio. *Elite Eclesiástica Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 1988.
- _____. *Religião e Sociedade: a gestão diocesana na República Velha*. Rio de Janeiro: Campus, 1985.
- MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. *Igreja Católica do Brasil: Uma Trajetória Reformista (1872-1945)*. 1988. Dissertação de Mestrado em História – UFPE. 1988.
- NAGLE, J. *Educação e sociedade na Primeira República*. 2ªed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- PEREIRA, Nilo. *Conflitos entre a Igreja e o Estado no Brasil*. Recife, Editora Massangana – Fundação Joaquim Nabuco – Recife, 1982.
- VILLAÇA, Antônio Carlos. *O pensamento católico no Brasil*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2006.
- WERNET, Augustin. *A Igreja Paulista no século XIX: A Reforma de D. Joaquim de Melo (1851-1861)*. São Paulo: Ática, 1987.